



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 3.495, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Institui o Programa Municipal de Subsídio Habitacional para Policiais Municipais de Ananindeua, estabelecendo o custeio parcial do valor de entrada para financiamento de imóveis, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ananindeua estatui e eu, **Prefeito Municipal de Ananindeua**, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Subsídio Habitacional para Policiais Municipais de Ananindeua, destinado a custear parcialmente o valor de entrada para financiamento de imóveis residenciais.

Parágrafo único. O programa tem como objetivo facilitar o acesso à casa própria pelos policiais municipais em efetivo exercício, promovendo sua valorização profissional e fixação no município.

Art. 2º São objetivos do Programa:

- I - facilitar o acesso à moradia própria pelos policiais municipais de Ananindeua;
- II - promover a valorização e o bem-estar dos agentes de segurança pública municipal;
- III - estimular a permanência e reduzir a rotatividade dos policiais municipais;
- IV - fortalecer os vínculos dos agentes de segurança com a comunidade local;
- V - contribuir para a estabilidade familiar e qualidade de vida dos servidores;
- VI - demonstrar o compromisso do poder público municipal com seus agentes de segurança.

CAPÍTULO I - DOS BENEFICIÁRIOS E REQUISITOS

Art. 3º São beneficiários do Programa os policiais integrantes da Guarda Civil Municipal de Ananindeua que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

- I - estar em efetivo exercício na corporação;
- II - comprovar renda familiar compatível com a capacidade de pagamento do financiamento imobiliário;
- III - apresentar proposta de financiamento aprovada por instituição financeira devidamente autorizada.

Parágrafo único. A comprovação dos requisitos dar-se-á mediante apresentação de documentação específica, conforme regulamento.



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
GABINETE DO PREFEITO**

CAPÍTULO II - DO SUBSÍDIO E DAS CONDIÇÕES

Art. 4º O subsídio habitacional consistirá no custeio, pelo Município de Ananindeua, de 10% (dez por cento) do valor da entrada necessária para financiamento de imóvel residencial, novo ou usado.

§ 1º Para imóveis com valor de avaliação de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o subsídio corresponderá a 10% (dez por cento) do valor da entrada exigida pela instituição financeira.

§ 2º Para imóveis com valor de avaliação superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o subsídio municipal será limitado ao valor máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

§ 3º O imóvel deverá estar localizado no Estado do Pará.

§ 4º São elegíveis ao programa tanto imóveis novos quanto usados, desde que atendam aos requisitos estabelecidos nesta Lei e nas normas da instituição financeira responsável pelo financiamento.

Art. 5º O pagamento do subsídio será realizado diretamente à instituição financeira responsável pelo financiamento ou ao vendedor do imóvel, conforme as condições da operação, mediante comprovação documental e em ato único.

Art. 6º Os valores estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 4º serão atualizados anualmente, no mês de janeiro, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou índice que venha a substituí-lo.

CAPÍTULO III - DAS OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO

Art. 7º O policial municipal beneficiado obriga-se a:

- I - manter seus dados cadastrais atualizados junto à Secretaria Municipal de Segurança Pública;
- II - informar à Administração sobre eventuais alterações relacionadas ao imóvel adquirido, sempre que solicitado.

Parágrafo único. A prestação de informações falsas no ato da solicitação do benefício acarretará a devolução do valor do subsídio recebido, atualizado monetariamente.

CAPÍTULO IV - DO PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO

Art. 9º A concessão do subsídio habitacional observará o seguinte procedimento:

- I - requerimento do interessado à Secretaria Municipal de Segurança Pública, instruído com a documentação exigida em regulamento;
- II - análise preliminar do cumprimento dos requisitos de elegibilidade;
- III - emissão de termo de concessão do benefício e assinatura de termo de compromisso pelo beneficiário;



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
GABINETE DO PREFEITO**

IV - efetivação do pagamento conforme art. 5º desta Lei.

§ 1º O prazo para análise e decisão sobre o requerimento será de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa fundamentada.

Art. 10. Havendo número de requerentes superior à disponibilidade orçamentária no exercício financeiro, a ordem de concessão observará os seguintes critérios de priorização:

I - situação de vulnerabilidade social comprovada;

II - número de dependentes;

III - ordem cronológica de protocolo do requerimento

IV - maior tempo de efetivo serviço na Guarda Civil Municipal de Ananindeua;

Parágrafo único. Os requerimentos não atendidos em determinado exercício por insuficiência orçamentária serão automaticamente analisados no exercício seguinte, respeitada a ordem de prioridade.

CAPÍTULO V - DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Segurança Pública, em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração:

I - coordenar a execução do Programa;

II - realizar a análise dos requerimentos e verificação do cumprimento dos requisitos;

III - fiscalizar o cumprimento das obrigações pelos beneficiários;

IV - manter registro atualizado de todos os beneficiários e respectivos dados cadastrais;

V - promover a cobrança administrativa dos valores devidos em caso de descumprimento das obrigações;

VI - elaborar relatórios anuais sobre a execução do Programa.

Art. 12. A fiscalização do cumprimento das obrigações pelos beneficiários será realizada mediante:

I - análise de registros funcionais e frequência do servidor;

II - vistorias in loco, mediante prévio agendamento, para verificação de residência no imóvel;

III - cruzamento de dados com registros públicos e sistemas de informação governamentais;

IV - recebimento e apuração de denúncias.



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
GABINETE DO PREFEITO**

Parágrafo único. A fiscalização respeitará a intimidade, a vida privada e a dignidade do beneficiário, sendo realizadas vistorias apenas em horários razoáveis e mediante consentimento.

CAPÍTULO VI - DAS SANÇÕES

Art. 13. O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei, a prestação de informações falsas ou a utilização de documentos fraudulentos acarretará, independentemente das sanções penais cabíveis:

I - cancelamento imediato do benefício;

II - devolução integral do valor recebido, atualizado monetariamente pelo IPCA desde o pagamento, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

§ 1º A devolução dos valores será exigida mediante notificação administrativa, facultado ao beneficiário o parcelamento em até 24 (vinte e quatro) vezes, com desconto em folha de pagamento.

§ 2º Esgotadas as vias administrativas sem a devolução integral, o débito será inscrito em dívida ativa e cobrado judicialmente.

§ 3º O desconto em folha de pagamento observará os limites legais de comprometimento da remuneração.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação, estabelecendo:

I - documentação necessária para habilitação ao Programa;

II - modelos de requerimento, termos de concessão e compromisso;

III - procedimentos operacionais detalhados;

IV - normas complementares necessárias à execução do Programa.

Art. 15. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente no orçamento da Secretaria Municipal de Segurança Pública, suplementadas se necessário.

Parágrafo único. A execução do Programa em cada exercício financeiro fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e compatibilidade com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 16. O Município poderá celebrar convênios ou parcerias com instituições financeiras, órgãos estaduais e federais de habitação, construtoras e incorporadoras, visando aprimorar as condições de acesso ao financiamento imobiliário pelos beneficiários do Programa.



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 17. Os casos omissos e as situações excepcionais não previstas nesta Lei serão decididos pelo Secretário Municipal de Segurança Pública, ouvidas as Secretarias Municipais de Administração e de Finanças.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANANINDEUA/PA, 19 DE DEZEMBRO DE 2025

DANIEL BARBOSA SANTOS
Prefeito Municipal de Ananindeua